



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Formação Profissional do/a
Assistente Social**

**Formação Profissional e o debate sobre diversidade sexual e
de gênero: a perspectiva de discentes da graduação em
Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná.**

Layliene Kawane de Souza Dias¹
Robson de Oliveira²

Resumo.

O presente trabalho tem como intuito apresentar o desenvolvimento do debate sobre diversidade sexual e de gênero no processo de formação profissional em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para tanto, destacamos o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista como indissociável para se apreender a questão social na particularidade brasileira. Apresentamos também, a relação do Serviço Social junto a este segmento social, bem como sua incorporação no processo formativo de discentes, futuras assistentes sociais, da UFPR. Através da realização de três grupos focais com estudantes da graduação, evidenciamos que a temática ainda é pouco abordada nestes espaços formativos.

Palavras-chave: formação profissional; diversidade sexual e de gênero; serviço social; sistema heteropatriarcal-racista-capitalista.

Abstract: The present work aims to present the development of the debate on sexual and gender diversity in the professional training process in Social Work at the Federal University of Paraná (UFPR). To this end, we highlight the heteropatriarchal-racist-capitalist system as inseparable from understanding the social issue in Brazilian particularity. We also present the relationship between Social Work and this social segment, as well as its incorporation into the training process of students, future social workers, at UFPR. By carrying out three focus groups with undergraduate students, we showed that the topic is still little addressed in these training spaces.

Keywords: professional qualification; sexual and gender diversity; social service; heteropatriarchal-racist-capitalist system

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Setor Litoral, e-mail: laylienedms@gmail.com

² Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da Câmara do curso de Serviço Social da UFPR - Setor Litoral. email: robson.de.oliveira@ufpr.br



O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da referida autora, desenvolvido no ano de 2022, que buscou compreender como o debate sobre diversidade sexual e de gênero se apresenta no processo de formação profissional de discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio de três grupos focais, que contou com a participação de 55 discentes e demonstrou o desenvolvimento de tal debate na graduação em Serviço Social pela UFPR.

Destaca-se, como ponto de partida, o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista no Brasil e sua relação com a Questão Social, objeto de atuação profissional do Serviço Social. Na particularidade brasileira, evidencia-se a imbricação entre estes três sistemas historicamente construídos e que decorrem de condições materiais de exploração e opressão: heteropatriarcal³, racista e capitalista (Cisne, Santos, 2018). As relações sociais de classe, raça, gênero e sexualidade são indissociáveis para se pensar a Questão Social no Brasil, assim como a totalidade da vida social. Tais relações são base concreta para consolidação das contradições entre o capitalismo e a classe trabalhadora em nosso país.

Na perspectiva aqui adotada, gênero designa as diversas formas de construção objetiva e subjetiva de “ser homem” ou “ser mulher”, que levam em consideração as condições biológicas (genitália), mas não se esgotam nas mesmas, podendo estas identidades serem mais ou menos fluídas (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). Já a sexualidade, refere-se aos desejos afetivos e/ou sexuais e, expressam-se enquanto uma categoria histórica-ontológica que corresponde às necessidades materiais e subjetivas de cada época, podendo sofrer alterações dependendo dos processos políticos, econômicos, sociais e culturais que a permeiam (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020). Ainda que não seja nossa intenção restringir tais relações à exploração e opressão, e nem apontar o capitalismo como criador de tais sistemas, ressalta-se que, no interior da sociabilidade capitalista, o mesmo se apropriou de tais relações para benefício próprio, visando a domesticação e controle sobre o corpo de mulheres e as diversas formas de expressão da sexualidade (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

Sendo assim, o trabalho aqui apresentado se divide da seguinte maneira: i) a apresentação da concepção do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista na particularidade brasileira e sua vinculação junto a questão social, objeto de trabalho de profissionais assistentes sociais; ii) a incorporação do debate a respeito da diversidade e de gênero pelo Serviço Social brasileiro; e iii) alguns resultados do TCC da referida autora que se refere a abordagem de tal temática na formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Paraná - UFPR Litoral.

³ Sistema onde homens e a heterossexualidade cisgênero masculina detem poder sobre as mulheres, demais identidades de gênero e orientações sexuais.



2. SISTEMA HETEROPATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Marx (2023;2010) e Engels (2010;2019) irão apontar a divisão social do trabalho, a propriedade privada, a concepção da sociabilidade burguesa e as relações sociais dela decorrentes como elementos centrais para se compreender a exploração da classe capitalista sobre a classe operária. Temos de um lado a classe detentora dos meios de produção e da propriedade privada e, de outro, a classe trabalhadora que detém sua força de trabalho e a vende à classe capitalista, por um determinado período de tempo, em troca de um equivalente, o salário.

No modo de produção capitalista esta força de trabalho é tomada e reduzida à mercadoria, tornando-se essencial ao processo de valorização do capital, visto que, ao ter sua força de trabalho comprada pela classe capitalista, a classe trabalhadora produz um excedente de mercadorias pela qual foi paga. Este excedente, o mais valor, é apropriado pela classe capitalista que não a produziu. Consequentemente, temos a expansão da riqueza da classe dominante e, em contrapartida, o aumento da pobreza da classe trabalhadora. Assim, quanto maior o crescimento do capital, maior será o crescimento da superpopulação relativa⁴ a do pauperismo⁵, e é a isto que se refere a lei geral da acumulação capitalista.

Aqui se encontra a gênese da Questão Social, tomada como objeto de trabalho de profissionais assistentes sociais. Segundo Iamamoto (2015), a questão social é indissociável da sociedade capitalista, pois, é através da lei geral da acumulação capitalista que teremos a agudização da pobreza e pauperismo da classe operária. A questão social contempla o conjunto de desigualdades e lutas sociais que estão inseridas nas contradições entre trabalho e capital (Iamamoto, 2015) e, compreende-la, na particularidade brasileira, nos remonta ao processo de formação sócio-histórica de nossa sociedade, marcado pela escravização de povos negros e autóctones, colonialismo, autoritarismo, violência, patriarcalismo, racismo e dependência dos países centrais (Cisne, Santos, 2018). De acordo

⁴ De acordo com Marx (2023) a superpopulação relativa se divide da seguinte maneira: i) *população flutuante*, referente aos trabalhadores que ora são atraídos ora são repelidos pelo processo produtivo capitalista; ii) *latente*, população rural, que vê seus postos de trabalho sendo substituídos por maquinários e muitas vezes precisam se transferir para a área urbana; e iii) e *estagnada*, formada por parte da classe trabalhadora em ocupações irregulares e temporárias, tendo como característica principal “[...] o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário.” (Marx, 2023, p. 718).

⁵ Refere-se ao segmento mais baixo da superpopulação relativa, sendo composto por três categorias: os aptos ao trabalho; os órfãos e filhos de indigentes; e os incapacitados ao trabalho, pessoas com deficiência, doentes, viúvas e etc. (Marx, 2023).



com lamamoto (2015), o “moderno” se constrói tendo como base o “arcaico”, ou seja, pode-se considerar que o conjunto de relações de exploração e dominação contemporâneas no Brasil, encontram suas raízes no passado de nossa sociedade, fundada em pilares racistas, sexistas, homofóbicos, misóginos e classistas.

Faz-se necessário reconhecer os três sistemas de dominação e exploração que são a base da questão social no Brasil: o sistema heteropatriarcal, racista e capitalista. Conforme nos aponta Saffioti (1987), patriarcado e racismo se imbricam com o modo de produção capitalista, sendo elementos fundamentais para o processo de exploração. Aqui, para além do patriarcado, reforçamos a presença do heteropatriarcado como sistema onde a heterossexualidade masculina cisgênera⁶ exerce uma supremacia sobre outras formas de identidades de gênero e orientações sexuais.

Compreender tais relações, exige-nos ultrapassar o entendimento meramente subjetivo das mesmas e situá-las num contexto rodeado de determinações societárias, associadas ao trabalho enquanto fundante do ser social. Sendo assim, faz-se necessário compreender o trabalho, indivíduo e diversidade humana de maneira articulada, em uma perspectiva de totalidade e como síntese de múltiplas determinações (Cisne, Santos, 2018). O heteropatriarcado e racismo foram “historicamente construídos e decorrentes de relações materiais de exploração e opressão” (Cisne, Santos, 2018, p. 76) e, na particularidade brasileira, também são estruturantes e constituintes da questão social, visto que, estes três sistemas de opressão e exploração operam de maneira conjunta. Compreender a vida social em sua totalidade exige uma apreensão das relações sociais de classe, gênero, raça e sexualidade como estruturantes de nossa sociedade.

3. SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Inicialmente, demarca-se no âmbito da profissão, o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro, iniciado em meados da década de 1960, que se refere a negação do Serviço Social tradicional e a adoção de uma perspectiva teórica metodológica crítica. Esse processo culmina no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em 1979, conhecido como Congresso da Virada, em que o Serviço Social assume publicamente seu compromisso junto à classe trabalhadora e temos a articulação do projeto profissional junto ao projeto societário contra as diversas formas de exploração e opressão (Abramides, 2019).

⁶ Condição em que o indivíduo se identifica com o gênero atribuído em seu nascimento, referente ao sexo biológico.



No entanto, mesmo com a adoção da perspectiva crítica e suas bases teórico-metodológicas que alçaram a intenção de ruptura, não foi imediata a inserção de debates sobre diversidade sexual e de gênero no interior da profissão (Cisne, Santos, 2018), sendo, ao contrário, uma vinculação lenta e tardia. É através do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) que este quadro passa a se alterar de maneira significativa, onde, de acordo com Duarte (2014), na década de 1980, surge uma geração de estudantes que inserem a temática de sexualidade dentro dos eixos de debates do Movimento e seus encontros⁷. Segundo Cisne e Santos (2018) as pautas inicialmente estudantis vão ganhando visibilidade e repercussão dentro da profissão, sobretudo através da atuação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

As mesmas autoras vão elencar um conjunto de elementos que contribuíram para a inserção de tal debate no interior da agenda profissional, sendo estes: i) o atendimento da população LGBTQIAPN+⁸, que têm a violação de seus direitos e violência intensificadas a partir do desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil; ii) a produção de conhecimento, sobretudo a nível da pós-graduação, a respeito da temática a partir dos anos 2000; iii) a visibilidade de profissionais e estudantes LGBTQIAPN+ no interior do Serviço Social; e iv) a condução política que as entidades da categoria profissional e estudantes tiveram e continuam desempenhando para o aprofundamento da relação do Serviço Social com a pauta (Cisne, Santos, 2018).

Em geral, são os próprios estudantes e profissionais LGBTQIAPN+ responsáveis pela inserção dessa temática em diferentes espaços da categoria profissional, condição esta que só é possível com o ingresso de novos perfis de discentes nos cursos de graduação, resultado de políticas de expansão e de acesso ao ensino superior⁹ no país. Temos, pela primeira vez, a presença de estudantes indígenas, negros, periféricos, povos do campo, LGBTQIAPN+ e outros, nas universidades públicas e, através das reivindicações destes sujeitos, o debate passa a ser pautado pela categoria profissional.

No âmbito do CFESS, temos um conjunto de resoluções que versam sobre a temática, como a: resolução nº 489/2006 que estabelece a vedação de posicionamentos discriminatórios ou preconceituosos por orientação sexual, no âmbito do exercício profissional; resolução do de nº 594/2011, que trata da revisão do Código de Ética Profissional com a adequação do termo “opção sexual¹⁰” por orientação sexual e adição do

⁷ Destaca-se o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1986, onde militantes da época realizaram a proposta de inserção do debate sobre sexualidade dentro da luta pela redemocratização que estava em curso no país (Duarte, 2014).

⁸ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

⁹ A partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Sistema de Seleção Unificado (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI), da Lei nº 12.711 de 2012 (Lei de Cotas) e Lei 12.799 de 2013 (Lei de Isenção da taxa de vestibulares das universidades federais), tem-se uma mudança significativa do perfil de discentes das instituições de ensino superior brasileiras.

¹⁰ Termo contido na resolução do CFESS nº 273 de 1993, referente ao Código de Ética anterior.



termo identidade de gênero no documento; resolução nº 615/2011, que se refere à inclusão do nome social da assistente social que se reconheça como travesti ou transexual; e resolução nº 845/2018, que dispõe sobre a atuação profissional frente ao processo transexualizador.

Ademais, temos também um conjunto de publicações elaboradas pelo Conselho, como é o caso do CFESS Manifesta¹¹ e a série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito”¹². A partir dos anos 2000 é cada vez mais nítido a progressão da defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ e a ocorrência de debates sobre diversidade sexual e de gênero no interior do Serviço Social, tendo o CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), grande importância para as reflexões em torno do debate.

No âmbito da formação profissional, destaca-se a atuação da ABEPSS enquanto entidade acadêmica científica, responsável pela coordenação e articulação do projeto de formação, no âmbito da graduação e pós-graduação, em Serviço Social. Em 2010, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizado no Rio de Janeiro, é aprovada a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades” (Cisne, Santos, 2018). Em 2014, como resultado do GTP, tivemos a aprovação da inclusão de pelo menos uma disciplina obrigatória na graduação em Serviço Social que contemple as discussões das relações sociais de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade e geração. A indicação ainda compreende que a temática não deve se ater a apenas um componente curricular obrigatório, mas sim percorrer todo o processo de formação profissional¹³, de maneira transversal à formação e seus componentes curriculares.

No entanto, apesar de todo este progresso, ainda hoje nos deparamos com barreiras e desafios no interior da categoria profissional para a compreensão deste debate

¹¹ De 2007 até o presente momento foram publicados 11 documentos que retratam os posicionamentos do Conselho referente a questão de diversidade sexual e de gênero, sendo eles: O amor fala todas as línguas (2007); CFESS na luta pela Livre orientação e expressão sexual (2008); Visibilidade Lésbica: Respeito à Liberdade de Expressão Sexual (2009); Liberdade de orientação sexual, não à homofobia! (2010); O amor exige expressão e reverência coletiva (2010)¹⁸; A nossa luta é todo dia contra a homofobia (2011); Assistentes Sociais em defesa da diversidade humana (2011); Dia Mundial do orgulho LGBT (2012); O direito a identidades trans (2013); Assistentes sociais contra a violência e por direitos de pessoas LGBT (2015); e Família é diversidade pelo direito de amar e conviver (2017).

¹² A série conta com 8 edições, sendo elas: O que é preconceito (2016); O estigma do uso de drogas (2016); Racismo (2016); Transfobia (2016); Xenofobia (2016); Machismo (2019); Discriminação contra a pessoa com deficiência (2019), e Discriminação contra a população usuária da saúde mental (2022).

¹³ “- A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal. - A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. [...] - O estímulo à realização de debates, eventos, oficinas e seminários temáticos sobre as relações de exploração/opressão de sexo/gênero, raça/etnia, geração e sexualidades. [...] - A promoção de espaços de estudos e pesquisas sobre o sistema capitalista-patriarcal-racista-heterossexista e adultocêntrico.” (ABEPSS, 2016).



relacionado ao Serviço Social. Menezes e Silva (2017) apontam que estas dificuldades e/ou ausências, podem ser explicadas pela recusa de estudantes e profissionais docentes em debaterem tal temática. Para além destas resistências, que reforçam a presença do preconceito e conservadorismo existentes no interior da profissão, há ainda a existência de profissionais e discentes que relatam desconhecer ou não compreender as questões referentes à diversidade sexual e de gênero e a população LGBTQIAPN+. Para Marcelino (2010) uma das causas dessa problemática se dá pela ausência do debate sobre diversidade sexual e de gênero nos discursos acadêmicos e a não inclusão dessa temática no processo formativo destes sujeitos.

4. DEBATE SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO PROCESSO FORMATIVO DE DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

Inicialmente, cabe apontar que a inserção do curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná - UFPR Litoral, localizada em Matinhos - Paraná, ocorreu no ano de 2006 e deriva das particularidades sócio econômicas da região, marcada pela sazonalidade do mercado de trabalho. O curso surge como alternativa de inserção e qualificação no campo profissional, melhoria da qualidade de vida dessa população, assim como o fortalecimento de políticas públicas para o atendimento da mesma (UFPR, 2010). Deste modo, o Setor Litoral se organiza, através do Projeto Político Pedagógico (PPP), em três eixos principais: I) Fundamentos Teórico-Práticos (FTP), referente aos módulos específicos a cada curso de graduação; II) Projeto de Aprendizagem (PA) que são módulos desenvolvidos por todos os estudantes do Setor Litoral tendo como objetivo propiciar momentos de estudo, pesquisa e intervenção na realidade local; e III) Interações Culturais e Humanísticas (ICH), espaços interdisciplinares onde participam discentes de diferentes cursos e de diferentes fases da graduação, sendo um ambiente pluralista e de integrações.

A respeito do debate sobre diversidade sexual e de gênero no processo de formação profissional em Serviço Social pela UFPR, destaca-se que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de 2010, assim como sua reformulação, datada de 2014, não apresentam em suas ementas e matriz curricular conteúdos que versem sobre tal temática. Desta forma, para compreender se o debate aparece durante o processo formativo, ainda que não esteja pautado em documento, o TCC desenvolvido buscou compreender tal realidade junto às próprias discentes matriculadas no curso de Serviço Social da UFPR Litoral.



Para tanto foram desenvolvidos, no ano de 2022¹⁴, grupos focais com discentes em diferentes fases da graduação. Ao total participaram da pesquisa 55 discentes¹⁵, através de três grupos focais realizados da seguinte forma: Grupo Focal 1 (GF1) realizado em 04 de agosto de 2022; Grupo Focal 2 (GF2) realizado em 22 de agosto de 2022; e Grupo Focal 3 (GF3) realizado no dia 10 de novembro de 2022. As disciplinas das quais as discentes faziam parte foram: GF1, Segmentos Sociais, Participação e Controle Social, ofertado no sétimo período do curso; GF2 Introdução aos Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social, ofertado no primeiro semestre; e GF3, Ética Profissional, ofertado no quarto período. A escolha de tais módulos não se deu de maneira aleatória, ao contrário, buscou-se compreender a percepção de discentes recém ingressantes na graduação (primeiro ano), discentes em fase de ingresso no estágio obrigatório (através do módulo de Ética Profissional, pré-requisito para realização do Estágio I e II) e discentes em fase final da graduação (último ano)¹⁶.

O perfil das participantes dos grupos focais foi delimitado por meio de um questionário disponibilizado via plataforma *Google Forms* com 10 questões fechadas. Das participantes, 94,5% se declararam mulheres cis gênero e 5,5% homens cis gênero. A respeito da sexualidade 65,5% se declararam heterossexual, 20% bissexual e 14,5% homossexual. As idades variam entre 18 a 54 anos, tendo maior representatividade a faixa etária dos 21 aos 22 anos. Destas, 63,6% estavam inseridas no mercado de trabalho naquele momento. A respeito da religião 41,8% declarou não ter religião alguma, seguida de 23,6% que declararam ser católicas, 18,2% evangélicas e 7,3% candomblé, ainda foram encontradas 2 estudantes espíritas, 1 umbandista, 1 budista e 1 cristã protestante.

Quando questionadas a respeito da existência de pessoas LGBTQIAPN+ na família, 70,9% afirmaram ter, 20% disseram não ter e 9,1% não souberam afirmar. Sobre o nível de entendimento delas a respeito da população LGBTQIAPN+, 47,3% apontam um entendimento regular, 38,2% um entendimento bom, 12,7% possuem um entendimento ruim e 1 pessoa declarou ter um entendimento ótimo. Sobre a maneira e a suficiência da abordagem da temática em sala de aula, 52,7% responderam que a temática aparece, mas não é o suficiente, 43,6% apontaram que a temática não aparece e 3,6% afirmaram que a temática aparece e é suficiente.

¹⁴ Ano também marcado pela revisão curricular do curso. Cabe apontar que, após revisão curricular do referido curso, incorpora-se na grade curricular a disciplina de “Serviço Social, relações étnico-raciais e diversidade sexual”, que pretende abordar tais temáticas.

¹⁵ No semestre corrente (2022.2) o curso contava com um total de 137 discentes não integralizados, ou seja, que não concluíram o curso ou que não estão em vias de realizar a colação de grau, perfazendo assim um percentual de 40% de participantes do universo total.

¹⁶ A grade curricular vigente no ano de 2022, pode ser consultada em: <https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/03/Grade-Curricular-QUADRO-PPC-2015.pdf>.



4.1 Síntese do debate nos grupos focais:

Observa-se, logo de início, que a maior parte das participantes desconhecem os sujeitos, identidades e sexualidades que compõem a sigla LGBTQIAPN+, bem como as diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual. Um exemplo disso se apresenta na fala de uma participante ao tratar da orientação sexual de uma mulher trans: “[...] uma pessoa trans, ela se identifica, ela é uma mulher. E obviamente se ela é uma mulher, tem sentimentos de uma mulher, ela vai estar apaixonada por um homem” (Participante GF2, 2022). Fala que é contestada por outras discentes do grupo.

Ao tratar sobre o preconceito contra esse segmento, uma estudante aponta a homossexualidade enquanto uma “escolha”: “[...] um preconceito com **a pessoa que escolhe ser gay**, se ela **escolhe ser lésbica**, mas é um preconceito que **não respeita a escolha do outro** na questão de gênero ou sexual.” (Participante GF3, 2022, grifo nosso). Ainda neste tópico de discussão, as discentes apontam que homens gays sofrem mais com o preconceito do que mulheres lésbicas, visto o papel historicamente destinado a elas enquanto pessoas carinhosas, afetuosas, fraternais e amigáveis. Desta forma, seria comum ver mulheres sendo carinhosas com outras mulheres, sem necessariamente se tratar de um casal, falas que demonstram a invisibilidade lésbica perpetuada pelo sistema heteropatriarcal machista e sexista em nossa sociedade.

Outro ponto de destaque, refere-se aos relatos apresentados pelas estudantes ao tratar da temática, onde as pessoas e/ou situações apresentadas dizem respeito a pessoas heterossexuais, gays ou lésbicas. Uma participante, por exemplo, discorre sobre homens que estão dentro de um relacionamento heterossexual e que, mesmo assim, se relacionam com outros homens: “[...] e tem homem que é isso, é casado e **tem relação com outros homens e ele fala que não é gay**” (Participante GF2, 2022, grifo nosso). Fica evidente que a bissexualidade ou pansexualidade não são consideradas como alternativas pelas discentes, assim como as demais orientações sexuais.

No bloco de perguntas referentes aos direitos da população LGBTQIAPN+, no âmbito legal, foram abordadas questões sobre a criminalização da homofobia/transfobia, a legalização de casamentos homoafetivos, bem como a adoção por casais homossexuais. Faz-se necessário ressaltar que a discussão se referia apenas ao âmbito legal, mas houveram questionamentos a respeito do campo religioso, conforme demonstra a seguinte fala:

É uma coisa assim que as pessoas tem que respeitar né. **Ai eu não sei se isso é correto, mas se na lei obriga também a pastores, algumas religiões que vê isso** [...] É que eu ouvi boatos e não sei se é fato isso, por isso que perguntando. Porque eu acho que **independente de todas essas letrinhas** aí e qualquer raça, todo mundo tem que respeitar um ao outro. Então eu ia colocar **contanto que não desrespeite a religião das pessoas**, que seja... é um boato que **não sei se é um**



fato, mas desde que respeite as religiões também, né? E as pessoas têm liberdade, todas em geral, gênero, raça, tudo. (Participante GF2, 2022, grifo nosso)

O relato acima evidencia o quanto as discentes ainda desconhecem o debate em torno de tais assuntos, deixando seus valores e crenças pessoais se sobressair no momento de debate, ainda que de maneira inconsciente. Falas e posicionamentos que poderiam ser evitados, caso a temática fosse abordada de maneira crítica e legal em sala de aula.

Em relação ao Serviço Social, quando questionadas sobre como acreditam que ocorreu esta vinculação, as estudantes sugerem não ter se tratado de uma vinculação fácil e imediata, apontam ainda, alguns instrumentos e/ou condições que podem ter auxiliado este processo, como: o Código de Ética da profissão; a emergência das lutas e movimentos sociais que reivindicam a participação do Serviço Social; bem como o atendimento à população LGBTQIAPN+ em diferentes espaços da atuação profissional:

Talvez a necessidade [...], porque a gente vê uma realidade em que os relacionamentos homoafetivos acabam sendo agredidos, então a pessoa pode procurar uma ajuda neste sentido. Na questão até da empregabilidade, não tem emprego então é outra coisa que precisa ser revisto, então, talvez essa necessidade desses tópicos acabou se notando no Serviço Social que precisava pensar essa questão (Participante GF2, 2022).

Sobre a ocorrência desse debate em sala de aula, a maioria das discentes apontaram não ter presenciado nenhuma discussão sobre tal temática, conforme relata uma estudante: “Tô aqui desde 2019 e a gente ainda não falou desse assunto em sala de aula. Nada, nem artigo, documentário, não me recordo de ter ouvido falar.” (Participante GF1, 2022). No Grupo Focal 2, composto por discentes do primeiro ano, houveram relatos de que em algum momento o tema já havia sido mencionado em sala, mas, no entanto, não souberam explicar sobre quais circunstâncias havia sido mencionado. Isso demonstra uma possível desassociação no tratamento da matéria entre uma abordagem teórico-política fundamentada ao tema, com menções esporádicas e descontextualizadas que possam ocorrer em dinâmicas próprias da sala de aula.

O Grupo Focal 3 declarou não ter tido contato com a temática em sala de aula e, ainda, indicaram alguns poucos docentes que teriam facilidade de falar sobre o tema, caso a demanda surgisse. Dos três nomes de docentes citados pelas participantes, as mesmas acreditam que apenas um saberia discorrer sobre, enquanto os outros dois provavelmente buscariam pesquisar e sanar as dúvidas em um momento posterior. O Grupo Focal 1, formado por discentes em fase final da graduação, recorda que o tema foi abordado no módulo de Políticas Públicas e Sociais (PPS) III, e uma das participantes inclusive aponta que o debate poderia ter sido apresentado durante os demais módulos [de Políticas Públicas e Sociais], mas que isto não ocorreu:

É um assunto que deveria percorrer, assim como o racismo, deveria percorrer todas as políticas e eu enquanto estudante tenho a sensação que não percorre nenhuma.



[...] dentro da universidade, a gente não fala sobre nenhuma, a não ser que uma ich, uma coisa do tipo, que você vai falar um pouquinho sobre a temática, mas ainda assim não dentro do Serviço Social. (Participante GF1, 2022).

Para além da não abordagem de tais temáticas no processo formativo, o grupo ainda relata o incômodo frente ao não posicionamento de docentes quando assuntos como machismo e racismo surgem em sala de aula. As mesmas relatam que quando surgia algum comentário em aula, normalmente os docentes se isentam do debate, ainda que tais falas fossem racistas, machistas e/ou lgbtqiapn+fóbicas: “Tem que pensar que isso daqui é um ambiente de estudo, de aprendizado, então o professor que tá ali, se ele não se coloca [...]” (Participante GF1, 2022). As participantes também reforçam a importância de que as discentes se posicionem e realizem o debate, já que por parte dos docentes este processo não ocorre. Para elas as temáticas de diversidade sexual e de gênero, assim como o racismo são assuntos pouco tratados na graduação: “É um assunto bem deixado de lado assim, até mesmo a atuação do assistente social, no caso com relação ao racismo, a homofobia e essas coisas, eu desconheço de ter ouvido” (Participante GF1, 2022).

Evidencia-se, com estas falas, a ausência de discussões sobre tais temáticas em sala de aula, que pode ser reflexo de um não conhecimento dos docentes a respeito dos debates contemporâneos, a não busca por uma formação continuada, bem como uma compreensão equivocada da produção e reprodução da vida social, visto que não abarca a realidade enquanto totalidade de múltiplas determinações, ou seja, que não engloba as relações de opressão e exploração heteropatriarcais, racistas e capitalistas.

Sobre a abordagem da temática durante a realização do Estágio¹⁷, as discentes também alegam que o assunto não foi abordado nestes espaços e que, quando presenciaram falas ou discussões sobre o tema, as mesmas foram em teor negativo e preconceituoso, como cita uma estudante a respeito de falas de uma profissional:

Ela falou que a amiga dela tem uma filha que se descobriu lésbica [...] E daí ela começou falar que era influência da televisão que ela era muito jovem e não sabia o que queria [...]. Aí começaram a desenvolver e eu, sabe, aguentando tudo aquilo, daí até o momento que ela pegou e chamou isso de aberração. E é uma profissional que tá ali atendendo a população que já são criminalizadas né [...] eu considero como um ato de homofobia, ainda mais num ambiente de trabalho. (Participante GF1, 2022).

Outra estudante também relata uma situação ocorrida em seu campo de estágio onde, ela, a assistente social (supervisora de campo) e o motorista do equipamento em questão, encontraram um dos usuários atendidos pelo equipamento vestido com roupas femininas¹⁸. O condutor do carro invalidou tal situação, justificando que ele/ela teria outros problemas para se preocupar, ao invés de se vestir daquela forma, já que se encontrava em

¹⁷ Apenas o Grupo Focal 1 contou com a presença de estudantes em fase de estágio ou que já haviam realizado o mesmo.

¹⁸ A estudante não soube informar se o/a usuário, referia-se a uma mulher trans, travesti ou outra identidade de gênero.



situação de pobreza junto à sua família. A mesma estudante aponta, ainda, a dificuldade com o cadastramento dos usuários no sistema do equipamento, visto que no formulário não constam questões a respeito da orientação sexual e as opções de identidade de gênero se restringem apenas ao feminino e masculino.

Quando as discentes foram questionadas se acreditam que o processo formativo dará subsídios suficientes para atender as demandas desta população, a maioria aponta que não e, apresentam inseguranças quanto a esta atuação profissional. Para o Grupo 1, a graduação oferece somente o básico e é na atuação profissional, depois de formadas, que irão precisar se especializar dependendo do equipamento que forem atuar. No entanto, apresentam a preocupação a respeito da busca individual de tais temáticas, visto que, não são todas as estudantes, futuras profissionais, que possuem uma perspectiva crítica e ética para atuar junto a estes usuários, que, infelizmente, acabam sendo os mais afetados e (re)violentados.

O Grupo Focal 2, composto por calouras, acredita que a graduação irá lhes instrumentalizar para tal atuação e sinalizam uma série de sugestões para se pensar o processo formativo, como a realização de aulas, oficinas e demais eventos que versem sobre a temática: “[...] eu acho que falta um pouco disso, de ter uma palestra, aula pública, porque tem gente que tem preconceito porque não conhece, não sabe” (Participante GF2, 2022). Para elas, além do aprendizado em sala e das pesquisas individuais, é necessário propiciar espaço para dar voz a estas pessoas e tornar a temática pública.

As participantes do Grupo Focal 3, assim como do 1, sinalizam não se sentirem preparadas para trabalhar com estes sujeitos - LGBTQIAPN+ -, e indicam que teriam maior facilidade em lidar com questões relacionadas à pobreza. Outras participantes apontam que a presença do debate em sala de aula poderia auxiliar na desconstrução de preconceitos de discentes e docentes e, também, servir como um espaço em que as próprias estudantes se sintam acolhidas para expressarem sua sexualidade e/ou identidades.

Ademais, outro ponto destacado é a não homogeneidade do perfil dos usuários atendidos pelo Serviço Social e a necessidade de se ter um conhecimento básico para realizar um bom atendimento a estes sujeitos que são diversos: “[...] Se chega alguém pra atender e a gente não sabe lidar porque a gente não estudou pra isso. A gente vai atender pelo tato? Nas minhas vivências pessoais? Então acho que é isso.” (Participante GF3, 2022).

As discussões realizadas evidenciaram a necessidade de que a temática apareça durante todo o processo formativo das discentes, não necessariamente em um módulo específico, mas de maneira transversal durante toda a graduação. No entanto, para alcançar esse objetivo, necessita-se que os docentes se disponham a estudar e se atualizarem sobre tal tema, como aponta uma das participantes:



Assim como a cultura afro, existe até uma lei para ser implementada nas escolas, não como matéria, mas em cada uma das matérias. É interessante ter isso aqui, não que a gente precisasse ter uma matéria, mas em todas, pra gente saber onde estavam essas pessoas, [...] pessoas negras, Igbs. Porque a gente tem várias matérias de fundamentos que nunca é falado. Essas pessoas não existiam? Elas não tem história? Por que não é falado? Deveria ter um pouquinho. (Participante GF2, 2022).

Como encerramento dos grupos focais, as estudantes foram questionadas se acreditavam que a temática era importante para o Serviço Social, onde todas afirmam que sim: “É igual a todos os temas que a gente precisa aprender [...] A gente vai passar por isso, a gente vai ter que conhecer pra poder entender” (Participante GF2, 2022). Uma estudante do Grupo Focal 3 ressalta ainda, a importância de não se omitir diante de tais assuntos e que grande parte do progresso conquistado até hoje deriva de lutas e posicionamentos de outras pessoas, anteriores a nós:

A partir do momento que a gente tem consciência desse tema, que a gente tem consciência do reflexo da vivência da pessoa, da vida da pessoa, do cotidiano dela e que isso pode deixá-la mais a margem e a gente ignora esse fato, a gente só reforça o que, no nosso curso, a gente tá tentando ir contra. O que a gente tá tentando superar, acho que no mínimo, amenizar. Acho que a partir do momento que a gente ignora esse fato, a gente reforça. Se a gente se omite, a gente não tem progresso nenhum e todo progresso que a gente tem foi porque outras pessoas se posicionaram. Assim, como eu acredito, que só teve essas questões de racismo, lgbt dentro do curso, depois que pessoas conseguiram entrar no curso e essas pessoas trouxeram a temática, assim como acontece hoje. (Participante GF3, 2022).

Por meio dos três grupos focais fica evidente que tal temática ainda não é tratada durante o processo de formação profissional em Serviço Social pela UFPR Litoral, aparecendo em escassos momentos. Junto a isto, evidencia-se também a existência de docentes que se isentam diante de temas emergentes como é o caso do racismo e lgbtqiapn+fobia. A temática, como apontaram diferentes discentes participantes, poderia ter sido utilizada em diferentes contextos e discussões em sala de aula, durante os quatro anos de graduação, mas ainda assim segue invisibilizada nos espaços formativos da graduação.

5. CONCLUSÃO

Na particularidade brasileira a compreensão da sociabilidade capitalista e das relações sociais dela derivadas, só pode ser apreendida enquanto totalidade quando levada em consideração a imbricação dos três sistemas de opressão e exploração: o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Sendo assim, o Serviço Social que tem como gênese de sua profissionalização a questão social e suas diferentes expressões, deve abordar, para além das relações sociais de classe, também as relações hetero-patriarcais de gênero, sexualidade e étnico-raciais. Faz-se necessário compreender, para além da divisão social do



trabalho, sua divisão sexual e racial, visto que o heteropatriarcado e racismo se imbricam ao modo de produção capitalista, enquanto elementos fundamentais para o processo de exploração.

É nítido a visibilidade que o debate sobre diversidade sexual e de gênero vem ganhando ao longo das últimas décadas, assim como o empenho das entidades representativas da categoria profissional para aproximar e aprofundar tal temática junto ao Serviço Social. No entanto, é notório a existência de profissionais que reforçam tais preconceitos e (re)violenta estes sujeitos, seja de maneira consciente ou não. Acreditamos que as barreiras encontradas no momento de atuação profissional poderiam ser evitadas se durante o processo formativo, tais profissionais tivessem tido contato com o referido debate. Cabe apontar, que nosso intuito não se trata de culpabilizar unicamente o processo formativo desses profissionais, mas sim apontar a formação profissional como uma oportunidade para desmistificar tais ideais e apresentar o debate àqueles que não o conhecem.

Os debates realizados com diferentes discentes do curso de Serviço Social da UFPR Litoral, demonstra a negligência frente a esta temática e a necessidade de que estas e demais pautas, como a questão étnico racial, sejam abordadas em sala de aula de maneira transversal. Isto, no entanto, nos exige profissionais docentes capacitados e atualizados para trabalharem com tais discussões e como apontado pelos grupos focais são poucos os que apresentam tal abertura, uma vez que a grande maioria se omite quando pautas como estas são levantadas durante as aulas. Repensar a formação profissional em Serviço Social da UFPR Litoral, assim como em outras instituições de ensino, exige-nos colocar em pauta a constante formação das e dos próprios docentes do curso, visando uma atualização em seus debates que contemplem uma maior diversidade de temáticas, realidades, segmentos e sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. *GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades*. [s.l.], 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>. Acesso em: 06 fev. 2024.

ABRAMIDES M. B. *O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília. ANTRA,



2024. Disponível em:

<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Dossiês elaborados pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. GGB (Grupo Gay da Bahia). Brasil. GGB, 2024. Disponível em:

<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

DUARTE, M. J. O. Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209>. Acesso em: 06 fev. 2024.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. - 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

MARCELINO, S. R. S. Questões Contemporâneas: A Homossexualidade e os Novos Sujeitos Como Desafios Para o Serviço Social. *Diásporas, Diversidades, Deslocamento*, 2010. Disponível em:

http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1315765266_ARQUIVO_FAZENDOGENEROTEXTOFINAL.pdf. Acesso em: 06 fev. 2024.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P. Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador. Revista **Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 122-129 jan./abr. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/nMSMsXzbQ4nDHG3Mskm4BLm/abstract/?lang=pt#:~:te%20xt=O%20debate%20visa%20problematizar%2C%20al%C3%A9m,o%20Servi%C3%A7o%20Social%20na%20contemporaneidade>. Acesso em: 06 fev. 2024.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. *O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

UFPR. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social*. UFPR Litoral, Matinhos, 2010. Disponível em:

<https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/02/PPC-SERVI%C3%87O-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2024.